

Título: Projetos de lei pressionam contas de luz no Brasil

Veículo: Diário do Estado

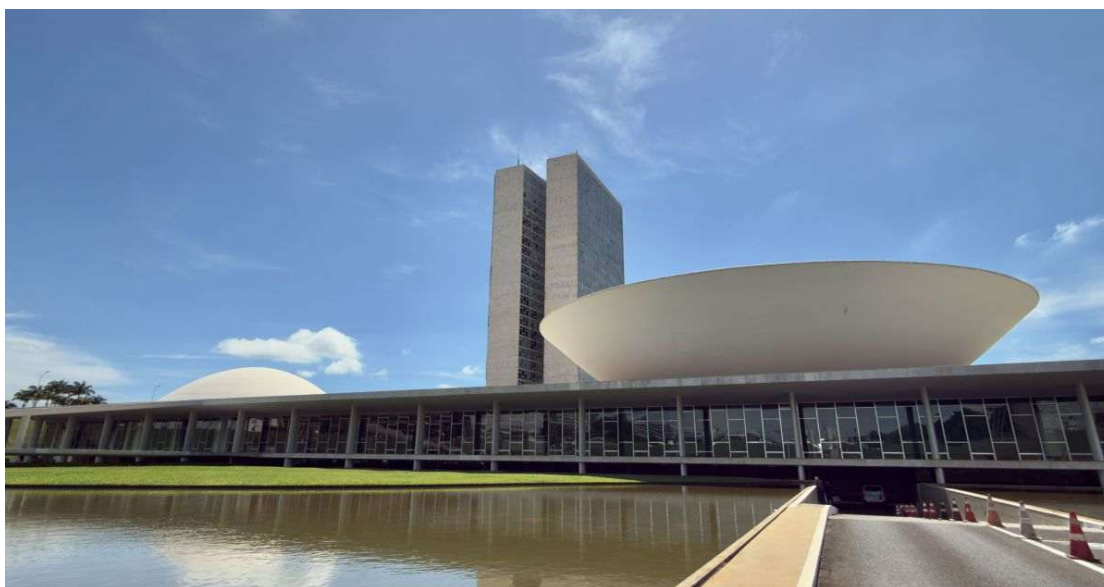
Data: 29/04/2026

Diário do Estado

Siga Google Discover

Últimas notícias Política Negócios Celebridades Esportes Stories Especial Anuncie Publicidade Legal Impresso

Projetos de lei pressionam contas de luz no Brasil



Joana Versailles 29 abril 2026 Poder

As contas de luz dos brasileiros, já pressionadas por reajustes acima da inflação e até de dois dígitos, enfrentam novos desafios. Propostas em discussão no **Congresso Nacional** visam beneficiar grupos específicos, gerando custos adicionais que podem impactar os consumidores de energia em todo o país. No total, o **Instituto Acende Brasil** identificou 15 projetos de lei potencialmente onerosos. Apesar do objetivo social de alguns projetos, como a oferta de energia fotovoltaica gratuita para famílias de baixa renda, o impacto no bolso dos consumidores é inevitável. Outros exemplos incluem descontos para pessoas com deficiência e a isenção da bandeira tarifária em certas regiões. Tudo isso pode resultar em um aumento substancial na já elevada **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, que ultrapassa a marca de R\$ 50 bilhões por ano.

O que está em jogo para os consumidores?

\nAs propostas têm implicações profundas para os consumidores de energia do Brasil. Enquanto visam ampliar benefícios sociais e incentivar fontes renováveis, os custos dessas iniciativas podem ser distribuídos entre todos os usuários. Essa situação perdura, principalmente em um momento em que o país atravessa desafios econômicos consideráveis. Analistas do **governo Lula** ressaltam que, embora ampliar os benefícios seja desejável, fazê-lo sem uma fonte clara de financiamento é uma questão preocupante.\n

Como os projetos afetam o setor elétrico?

\nEstes projetos de lei em tramitação no **Congresso Nacional** têm o potencial de modificar significativamente o cenário energético brasileiro. Ao criar exceções no pagamento das bandeiras tarifárias e propor descontos a grupos específicos, a consequência inevitável pode ser uma distribuição desigual dos custos entre os consumidores. Por exemplo, os PL 3872/23 e PL 3759/23 propõem que estados com geração de energia renovável superior ao consumo não sejam obrigados ao pagamento das bandeiras tarifárias, o que poderia resultar em uma carga maior para aqueles fora desta condição.\n

Quais as implicações políticas destas propostas?

\nA discussão sobre as contas de luz encontra-se entrelaçada com o cenário eleitoral brasileiro, onde propostas de aumento nos benefícios sociais são sempre uma tentação para os legisladores. No entanto, a questão central reside na falta de fontes claras de financiamento, que, segundo o **Instituto Acende Brasil**, resulta em diluição dos custos para a população em geral. Políticos, como o deputado **Eduardo da Fonte (PP-PE)**, defendem suas propostas sob o argumento de promover justiça e solidariedade, citando frequentemente a necessidade de apoiar consumidores que enfrentam custos adicionais específicos devido a tratamentos médicos e outras despesas essenciais.\nA pressão por soluções para conter o aumento das contas de luz ocorre em um contexto político sensível, com várias medidas buscando ganhar tração em pleno ano eleitoral. As propostas, se não acompanhadas de financiamento adequado, podem acarretar em ônus significativo para a economia doméstica dos brasileiros, além de desafiar o equilíbrio econômico no setor

energético. Encerrar o ciclo de distribuir custos de benefícios sociais desproporcionalmente entre os consumidores é um objetivo que a **Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia** (Abrace) enfatiza ser essencial para transformar o futuro energético do Brasil. A **agenda do governo Lula** também se depara com as complexidades políticas e econômicas subjacentes, ao tentar dar continuidade a políticas sociais sem comprometer a sustentabilidade financeira do setor energético. Diante disso, a discussão sobre como equilibrar iniciativas de inclusão social com a viabilidade econômica e sustentável de suas implementações permanece um grande desafio. As negociações em curso no Congresso e a resposta governamental serão cruciais para determinar o rumo futuro da política energética brasileira.